



**ATA DA 22ª REUNIÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS  
ÁGUAS**

1 Aos vinte e três (23) dias do mês de março (03) de dois mil e quinze (2015) às  
2 18h30min, reuniram-se no Paço Municipal de Amparo em Assembleia Geral  
3 Ordinária, os seguintes Prefeitos: Luiz Oscar Vitale Jacob de **Amparo**, Jair  
4 Fernandes Gonçalves de **Tuiuti** e Roseli Jesus do Amaral Leme de **Pedra Bela**. Por  
5 procuração compareceram: Silvio Aparecido Fanti, vice-prefeito de **Monte Alegre do**  
6 **Sul**, Clara Geromel de Morungaba, Leonardo da Silva Granziera de Santo Antonio de  
7 Posse, Thiago Argentini da Silva de Serra Negra. Do Consórcio participaram: **Hilário**  
8 **Piffer Junior**, **Sandra Cristina Dimis Santos**, **Marcela Guelere**, **Vitor Ribeiro**  
9 **Junqueira Castelli e Victor Lippi Zaccariotto**. Demais participantes constam em  
10 lista de presença. Confirmado quórum com a presença de 02 (dois) prefeitos e 05  
11 (cinco) representantes, Junior, superintendente do Consórcio, inicia a reunião  
12 apresentando a pauta da Assembleia: 1) **aprovação da ata da Assembleia anterior**  
13 **- ata 20 e 21**; 2) **Conferência Regional de Saneamento Básico**; 3) **Assuntos**  
14 **diversos de interesse dos consorciados**. Junior coloca em apreciação a **leitura e**  
15 **discussão das atas (20 e 21)** da pauta. Os presentes dispensam a leitura das atas e  
16 aprovam-na por unanimidade. Com relação ao segundo item da pauta, Junior,  
17 explica aos presentes que o Consórcio tem que realizar de acordo com o Protocolo  
18 de Intenções e Estatuto do Consórcio, a cada dois anos, nos anos ímpares, a  
19 **Conferência Regional de Saneamento Básico** e expõe todas as etapas a serem  
20 seguidas para a realização da Conferência. Neste momento da reunião, a Prefeita  
21 Roseli de Pedra Bela é recebida pelo Prefeito Jacob. Continuando, Junior diz que  
22 para realização da conferência é preciso que cada prefeito consorciado **indique um**  
23 **titular e um suplente para compor a Comissão Municipal**, que inclusive  
24 comparecerão em reunião no Consórcio no próximo dia trinta de março (30/03) e que  
25 também indiquem o município sede da Conferência Regional. Sandra Dimis, analista  
26 ambiental do Consórcio, acrescenta que o prefeito de cada município é participante  
27 indispensável nas Conferências tanto na etapa municipal, quanto na regional, e que  
28 ele deverá indicar duas pessoas para participar da Comissão que organizará a  
29 Conferência. O Presidente Jacob, salienta a importância da participação dos

Registro Efetuado para fins de "GUARDA  
e CONSERVAÇÃO", conforme previsto no  
artigo nº 127 inciso VII da Lei 6.015/73.





02

30      prefeitos na Conferência e também da divulgação para garantir a participação da  
31      população. Sobre o próximo item da pauta, Junior informa o **desligamento do**  
32      **Prefeito Aguiar** do cargo de Diretor do CISBRA. Explica que, por motivos pessoais,  
33      Aguiar pediu o desligamento da Diretoria e coloca à apreciação dos entes a  
34      nomeação de outro prefeito para o cargo de Diretor. Após discussão, a Prefeita de  
35      Pedra Bela, Roseli Jesus do Amaral Leme foi nomeada membro da Diretoria com a  
36      aprovação de todos os municípios presentes. Junior solicita aplausos à nomeação  
37      da Prefeita. Dando continuidade, o superintendente, apresenta fotos da obra de  
38      construção da sede e explica que a obra esteve parada e está um pouco atrasada  
39      por consequência das chuvas. Junior solicita ao procurador, Vitor Castelli, que faça a  
40      explanção dos dois próximos itens da pauta, gratificação do controle interno e  
41      regularização dos contratos de rateio. Iniciando, Castelli explica sobre a  
42      **regulamentação do Controle Interno**, afirma que o Tribunal de Contas tem  
43      solicitado que os municípios regulamentem o cargo de controle interno e apresentou  
44      requisição do último exercício com a exigência feita pelo órgão. Diz que o controle  
45      interno é um cargo independente, com autonomia para realizar tarefas de auditoria e  
46      que o ideal seria a contratação de um novo funcionário, mas que, para não onerar os  
47      entes consorciados, conversando com demais procuradores e pesquisando em  
48      câmaras municipais, chegou a uma saída possível, mas não desejável, de nomear  
49      alguém do quadro de funcionários para exercer a função, gratificando-o pela  
50      responsabilidade adicional. Junior complementa que de acordo com a estrutura do  
51      Consórcio, uma nova contratação é para o cargo de nível superior e gratificando um  
52      efetivo já existente no quadro seria a opção com menor custo aos municípios.  
53      Castelli informa aos presentes que o valor ou percentual da gratificação deve ser  
54      acordado pela Assembleia. O presidente Jacob questiona se aumentaria o valor do  
55      rateio. Junior explica que o Consórcio não tem reserva orçamentária para assumir a  
56      gratificação, e que os municípios teriam que complementar o orçamento e explica  
57      que a proposta para a gratificação será em torno de dez por cento (10%) do salário  
58      do nomeado e que esse valor fica em torno de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). O Dr.  
59      Castelli, em outro assunto da pauta, **regularização dos contratos de rateio**, explica  
60      aos presentes que o Presidente esteve de licença do período que compreendeu  
61      parcialmente os meses de dezembro e janeiro, e que neste período, de acordo com o  
62      Protocolo de Intenções, quem deveria assumir a Presidência do Consórcio na

Registro Efetuado para fins de "GUARDA  
e CONSERVAÇÃO", conforme previsto no  
artigo nº 127 inciso VII da Lei 6.015/73.





03

63 ausência do Presidente é o vice-prefeito do município, conforme Cláusula 30ª do  
64 Protocolo de Intenções, mas que, imotivadamente, não o fez e que três municípios,  
65 Amparo, Tuiuti e Monte Alegre do Sul, ainda estão com os contratos pendentes.  
66 Castelli diz que a solução foi solicitar que um Diretor assinasse o contrato com a  
67 posterior assinatura do Presidente através de um Termo de Convalidação. Junior  
68 disse que com essa medida, o Consórcio e os municípios ficam legalmente  
69 amparados perante o Tribunal de Contas. O Prefeito Jacob se desculpa com os  
70 Prefeitos pelo fato do Vice-prefeito ter se recusado a assinar os contratos.  
71 Prossequindo com a pauta, Junior informou que esteve em Brasília, através do  
72 Deputado Federal, Guilherme Campos na Secretaria Nacional de Saneamento  
73 Ambiental do Ministério das Cidades, disse que teve a oportunidade de apresentar o  
74 projeto do Consórcio ao Secretário, Paulo Ferreira e ao Ministro, Gilberto Kassab e  
75 que o Ministro diz ter interesse em financiar projetos do Estado de São Paulo, e  
76 comentou que espera retorno em breve. No último assunto da pauta, **horário de**  
77 **funcionamento da estação de transbordo**, Junior explica que no ano passado  
78 diminuiu o horário de funcionamento da estação de transbordo para reduzir despesas  
79 e que os municípios de Serra Negra e Amparo foram prejudicados com a redução.  
80 Disse ainda que esta sendo consultado pelo Prefeito de Serra Negra, Antonio Luigi  
81 Ítalo Franchi, e pelo Diretor do SAAE, José Scabora sobre a possibilidade de voltar a  
82 operar a estação com horário antigo. Enfatiza que, para voltar a operar a estação até  
83 as vinte e duas horas precisa contratar mão de obra, disse não ser possível manter  
84 os dois funcionários existentes com adicional de horas extras, porque será um  
85 pagamento continuado, e não é permitido pela lei trabalhista. Exemplificou algumas  
86 possibilidades de contratação para suprir o horário de funcionamento e que se os  
87 Prefeitos não concordarem com a contratação, terá que informar aos municípios para  
88 que encontrem outra solução para a coleta dos resíduos após o expediente da  
89 estação de transbordo, que hoje é até às dezoito horas (18h00min). Junior adverte  
90 que marcará uma nova assembleia para apresentação dos levantamentos dos custos  
91 para contratação. O Presidente Jacob sugere que as propostas de complementação  
92 orçamentária sejam encaminhadas por email e que a decisão seja apresentada na  
93 reunião com os indicados do dia 30/03/2015, evitando dessa forma, convocação de  
94 uma nova assembleia. Nenhum dos representantes se manifestou contrariamente a  
95 sugestão apresentada pelo Presidente. Jacob pede a palavra para agradecer

Registro Efetuado para fins de "GUARDA  
e CONSERVAÇÃO", conforme previsto no  
artigo nº 127 inciso VII da Lei 6.015/73.



# CISBRA


CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA  
REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

04

96 publicamente a atenção do Presidente Nacional do PSD, Deputado Federal,  
97 Guilherme Campos, do Ministro Gilberto Kassab e do Secretário de Saneamento  
98 Ambiental, Paulo Ferreira. O Presidente disse que está confiante com o contato no  
99 Ministério das Cidades, agradeceu também o trabalho do superintendente Junior na  
100 representação do Consórcio em Brasília, encerra a reunião às 20h08min convocando  
101 os municípios para a reunião do dia trinta de março no Consórcio. Sem mais nada a  
102 constar eu, Marcela Guelere, assistente administrativo do Consórcio, redigi e lavrei a  
103 presente ata que segue assinada por mim, pelo Superintendente e pelo Presidente  
104 do Consórcio. Amparo, 24 de março de 2015.

  
**Marcela Lonel de Souza Guelere**  
Assistente Administrativo

  
**Hilário Piffer Junior**  
Superintendente

  
**Luiz Oscar Vitale Jacob**  
Presidente

Registro Efetuado para fins de "GUARDA  
e CONSERVAÇÃO", conforme previsto no  
artigo nº 127 inciso VII da Lei 6.015/73.





**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE AMPARO - SP**

Rua Osvaldo Cruz, 345 - Centro Fone: (019) 3807-4266

Oficial: José Osvaldo de Melo Sub. do Oficial: José Carlos de Melo

Apresentado para registro em 23/04/2015, protocolado sob numero

24.382 e Registrado sob nº.21.769 fls.104vº Livro B-94. (TD)

Amparo-SP, 23/04/2015.

OFICIAL	ESTADO	IPESP	SINOREG	JUSTICA	I.MUN	DIL/RET	TOTAL
41,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,83	0,00	41,87

  
**PATRICIA A.P. ROSSI DE OLIVEIRA ZAMPOLLI**  
Escrevente

Certifico e dou fé, que nesta data, foi efetuado o **registro facultativo** do presente documento, sob nº.21.769 fls.104vº do Livro B-94 de Registro Integral de Títulos e Documentos, **apenas e tão somente para os fins de GUARDA CONSERVAÇÃO**, nos termos do **artigo 127 inciso VII da Lei nº.6.015/73**, conforme requerimento arquivado nesta Serventia, datado de 15 de Abril de 2.015, firmado por Luiz Oscar Vitale Jacob, que declarou ter ciência de **que referido registro não atribui direitos, possuindo efeitos para fins de mera conservação, provando apenas a existência, a data e o conteúdo do documento, não gerando publicidade nem efeitos em relação a terceiros.** Amparo, 23 de Abril de 2.015.- A Escrevente Autorizada,

  
**PATRICIA A.P. ROSSI DE OLIVEIRA ZAMPOLLI**  
Escrevente